



A responsividade no enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil em tempos do novo coronavírus em um gênero discursivo emergente - a *live*

Janaina Lisboa Lopes Freire

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8612-9953>

Marcos Roberto Santos Amaral

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8130-4580>

RESUMO:

Discutimos como atos responsivos são orquestrados na *live* “Estratégias de proteção e monitoramento fora do ambiente físico escolar” para estabelecer cadeias de engajamentos éticos de enfrentamento a violências sociais que ganham novas dimensões no contexto pandêmico. A partir da noção bakhtiniana de responsividade, como uma resposta à questão de não podermos lavar as mãos diante dos descasos sociais, analisamos as peculiaridades discursivas desta *live* que desencadeiam transformadoramente laços solidários. Destacamos que ela é arquitetada em função da necessidade da relação eu-outro se orientar entre compromissos sociais delineados por afetos/sentidos/práticas solidárias com alteridades que sofrem violências como a sexual infanto-juvenil.

PALAVRA-CHAVE:

Responsividade;
Lives; Violência sexual infanto-juvenil;
Coronavírus.

¹ Possui graduação em Comunicação Social Publicidade e Propaganda pela Universidade de Fortaleza, Especialização em Teorias da Comunicação pela Universidade Federal do Ceará, Especialização em Tradução pela Universidade Estadual do Ceará, Mestrado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará,, bolsista pela FUNCAP Doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará,, bolsista pela CAPES, Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Tradução, atuando principalmente nos seguintes temas: literatura, cinema, propaganda social, violência de gênero e direitos humanos. janalisboatradora@gmail.com

² Possui graduação em Letras Português e Literaturas pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2009) e mestrado em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da UECE - PosLA-UECE (2017). Doutorando do mesmo programa. Membro do Grupo de Estudos Bakhtinianos do Ceará (GEBACE) e do Grupo de Estudos Deleuze & Guattari (GEDEG). Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Professor (licenciado para estudos) da rede estadual de ensino do Ceará - SEDUC-CE. roberto.amaral@aluno.uece.br

1. Considerações Iniciais

When you were young
And your heart was an open book
You used to say live and let live
You know you did
Paul McCartney

Nosso evento singular do existir está em meio a um momento abstruso que reclama um saudável senso de coletividade: como se sabe, este momento é a pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Conforme as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), o cuidado pessoal é também o cuidado com a alteridade para conter a disseminação rápida do vírus de maneira eficaz e diminuir o número de fatalidades. Para que vivamos e deixemos que outros vivam, é preciso higiene pessoal, limpeza criteriosa de objetos e ambientes, cobrir boca e o nariz ao tossir e espirrar, com preferência de um lenço descartável, o uso de máscaras, além, é claro, do isolamento social. O recolhimento alterou hábitos de lazer, de trabalho, de educação e de nossos lares. Embora a utilização das máscaras e luvas e o distanciamento físico mudem a maneira na qual estamos acostumados a manifestarmos afetos, não podemos deixar a distância física criar distanciamento como um tipo de silenciamento, ou mesmo, a pretensão de um alibi para nossas responsabilidades, uma vez que, juntamente com os cuidados de si, devemos procurar outras maneiras responsáveis de cuidar dos outros.

Este trabalho considera, portanto, a responsividade (BAKHTIN, 2010) como caminho imprescindível para o desenvolvimento sustentável da vida em sociedade. Discutimo-la, especialmente, a propósito da urgência excepcional que as interações sociais têm de serem responsivas especialmente por conta da pandemia. Por isso, analisamos como a *live* proferida pela Promotora de Justiça com atribuições perante a 1ª Promotoria de Justiça de Infrações Penais Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Curitiba, Tarsila Santos Teixeira, na *live*³ chamada **Estratégias de proteção e monitoramento fora do ambiente físico escolar**, feita no dia 20 de maio de 2020, às 15h, na página da Polícia Civil do Paraná, oportuniza a criação de cadeias discursivas cujos elos se delineiam transformadoramente por atos responsivos.

Nesse sentido, para não nos alhearmos - iludirmo-nos com as **vantagens** de um alibi - não lavar, também, as mãos quanto aos crimes de violência sexual contra nossas crianças e adolescentes, analisamos as potências de atos responsivos a exemplo do que ocorre na *live* referida.

³ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CAa6dwFJC-y/>. Acesso em: 29 mai. 2020. Analisamos detidamente em **O estatuto discursivo-dialógico da live: as potências transformadoras para a criação de novas práticas sociodiscursivas no contexto da pandemia da Covid-19** (no prelo) os aspectos discursivos desta *live* que a delinea enquanto gênero do discurso.

2. Responsividade: as potências de uma sensibilidade solidária

Refletindo sobre questões éticas, Bakhtin (2010) entende que compreender um objeto (uma relação de sentido com diversos sujeitos) significa compreender meu dever em relação a ele (a orientação axiológica que preciso assumir perante ele). Isto pressupõe a minha “participação responsável” (BAKHTIN, 2010, p 66), considerando que “para quem deseja e sabe pensar de modo participante” (BAKHTIN, 2010, p. 67), somente do interior da minha participação posso compreender que o existir é um ato responsável, na unidade da interpenetração do conteúdo-sentido (o produto) e do ato (a real efetivação histórica – o processo). Destarte, questões sobre empatia, orientações emotivo-volitivas, que conformam nossas vontades, possibilidades, valores e posições são determinantes de nossas condutas.

De fato, de acordo com Bakhtin (2010, p. 114), “os momentos fundamentais [da arquitetônica do ato] são: o eu-para-mim, o outro-para-mim e o eu-para-o-outro; todos os valores da vida real e da cultura se dispõem ao redor destes pontos”, isto é, “todos os valores e as relações espaço-temporais e de conteúdo-sentido tendem a estes momentos emotivo-volitivos centrais: eu, o outro, e eu-para-o-outro” (BAKHTIN, 2010, p. 115). Esta arquitetônica exerce um papel central nas nossas vidas, uma vez que os sujeitos, sentidos, instituições sociais se constroem através da interação com a alteridade, a partir do seu contato com outros sujeitos, com outros signos, com outros enunciados e outras ideologias, ou seja, nas relações dialógicas. É nesse sentido que Bakhtin (2010) afirma que a constituição das práticas sociais se dá a partir do contato com a alteridade, através de enunciados (da boca de nossas mães, pautas jornalísticas, artigos científicos, filmes, etc.) que recebemos entonações volitivas e valorativas, com os quais **damos forma/acabamento** (sempre provisórios) ao mundo.

Este processo é caracterizado por Bakhtin (2010) pela compreensão ativa responsiva da alteridade e pela dependência do que Bakhtin (2011) ilustra como **incompletude**. Considerando que a vivência se dá sempre em relação a um objeto (em sentido amplo: um ato, um sujeito e não um objeto reificado) situado no exterior do ser, esta não pode partir do próprio sujeito, mas do outro que o contempla/complementa. Segundo Bakhtin (2011, p. 105):

A vivência é o rastro, o reflexo do sentido na existência, por dentro ela não vive de si mesma mas desse sentido que está fora dela e que ela capta, pois se ela mesma não capta o sentido este não existe; a vivência é uma relação com o sentido e com o objeto e fora dessa relação não existe para si mesma, nasce enquanto carne (carne interior) de modo involuntário e ingênuo, por conseguinte, não para si mas para o outro, para quem ela se torna valor a ser contemplado independentemente da significação do sentido, torna-se dotada de valor enquanto o sentido se torna conteúdo.

Através desta reflexão, o pensador russo destaca a potência criativa do olhar para/da alteridade, uma vez que a existência, enquanto ato responsável se constitui do outro e para o outro. Não existe, assim, vivência sem intersubjetividade, porque é no diálogo com o outro que se constitui ideológica/semioticamente a própria vida. Portanto, não existe o eu apenas para si. Este é um desvirtuamento da lógica individualista capitalista, patriarcal e colonizadora. Para Bakhtin (2015), o eu a despeito dos outros é uma reificação das relações criativas eu-outro. Logo, a responsividade, enquanto presença da voz a qual respondemos eticamente em nossos atos desencadeia práticas/sentidos/axiologias que orientam compreensões do eu-para-mim, do eu-para-o-outro, do outro-para-mim, cujos juízos respondem solidariamente a causas públicas. Estas são algumas potências da responsividade, que oportunizam sociabilidades com desejos de vida e não de morte.

3. Vivamos e façamos viver: a responsividade coletiva mediante às violências sociais

Neste trabalho é assumida a compreensão ativa responsiva para-e-com a seguinte alteridade⁴ discursivamente minorizada⁵, a infanto-juvenil. Se, por um lado, estamos em um confinamento para nos resguardarmos e resguardar o próximo de um vírus; pelo outro, crianças e adolescentes ainda lidam com que, segundo Amorim (2005), também é um problema mundial e está presente em todas as classes sociais e

⁴ A alteridade, na reflexão aqui proposta, é um termo que sobretudo abraça as mulheres, a população periférica, bem como os povos indígenas, as pessoas LGBTQI+, quanto os adolescentes e as crianças que têm sofrido um aumento da violência durante o recolhimento por estarem confinados em uma ideologia erguida sob os alicerces do machismo, do racismo, do classismo, da LGBTQI+fobia e do adultocentrismo e do capitalismo em nossa sociedade. Para situarmos o problema da criança e do adolescente, acreditamos ser preciso considerar, de acordo com Alvorado, Martínez e Muñoz (2009), que o adultocentrismo, a que são submetidos, é um modelo de controle social, que retira da criança e do adolescente o ser, restando apenas para o sujeito um reificador ponto de chegada: ser adulto. No contexto mercantil, um indivíduo que produz e consome, segundo o establishment, casa própria, emprego, carro, vícios, viagem de férias, fé, sucesso, casos, plano de saúde, terapia, etc.

⁵ Acreditamos que devem ser feitas ressalvas ao uso corrente de expressões como o termo **minororia**, por exemplo, visto que este pode remeter ao efeito de sentido de **menor número**. O problema se dá ao constatar-se que mulheres são pelo menos a metade da população mundial e cerca de 56,10% de pessoas brasileiros e brasileiras se declararam negras ou pardas no ano de 2019 (Informação disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/11/20/consciencia-negra-numeros-brasil/>. Acesso em: 22 abr. 2021). Logo, vê-se que não se trata de uma questão numérica, mas de uma manifestação de representatividade política. É uma questão necropolítica (MBEMBE, 2018), cujo projeto central de soberania é a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações. Assim o termo **alteridade discursivamente minorizada** é utilizado, assumindo-se que estes grupos sociais marginalizados, embora maioria numérica, são os que sofrem as diversas violências estratégicas para mantê-los com o menor poder sobre os processos decisórios das políticas públicas e outras formas de gestão da vida social.

nas mais diversas culturas: a violência sexual⁶. Esta que aumentou com o isolamento (juntamente com outras violências domésticas).

De acordo com a Unesco⁷, o apoio das escolas ao isolamento salvaguarda a vida de 776 milhões de crianças e adolescentes em 186 países. Este ato da escola deve ter a ação de **parceiros**, pois é preciso para garantir proteções sociais considerar que, fora da escola, meninos e meninas perdem um principal contato com redes de protetores como professoras e professores⁸. Bem como não podemos desconsiderar que violências sociais se intensificam com o aumento de tensões nas relações familiares em virtude de fatores como crise econômica, conflitos pessoais, o estresse devido ao futuro, o medo pela saúde, maior consumo de bebidas alcoólicas⁹. Além disso, o uso em larga escala das plataformas digitais e a ampliação do tempo *on-line* têm deixado crianças e adolescentes mais expostos a violações, como o acesso à pornografia, à disseminação de material sexual envolvendo crianças e adolescentes nas redes e à exploração sexual do aliciamento virtual (contato através de meios digitais com crianças e adolescentes para fins sexuais). É fundamental, portanto, montar estratégias de apoio para orientar crianças e adolescentes sobre situações de risco e de proteção, alertando-os sobre os crimes que mais os assolam **no mundo real e no mundo virtual**.

Em outras palavras, é preciso assumir as consequências do fato de que somos, toda a sociedade, responsáveis, como vimos acima, ou por omissão ou participação, pelos atos em que estamos inseridos, ou os endossando ou transformando-os. Quanto à violência sexual infanto-juvenil, problema que tentamos atacar aqui especificamente, precisamos participar eticamente para sua superação. Daí considerarmos que a análise da prática discursiva da *live* de Tarsila Teixeira oportuniza a estabilização dos atos responsivos desencadeados que organizam o enunciado da *live*.

⁶ A violência sexual infanto-juvenil deve ser compreendida como produto de um complexo sistema de relações, historicamente arquitetado e multideterminado, que envolve diversas realidades, valores e representações culturais. Segundo os dados informados pelo o Ministério Público do Estado do Paraná (2020), no período pré-pandemia, registraram-se que, a cada hora, pelo menos quatro crianças ou adolescentes são vítimas de violência sexual no Brasil. O número choca e há outra característica ainda alarmante: cerca de 80% dos agressores são familiares da vítima – pais, mães, padrastos, tios e avós. Mais um fator desesperador é que somente um em cada dez casos chega a ser reportado.

⁷ Informações encontradas em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-03/unesco-covid-19-deixa-mais-de-776-milhoes-de-alunos-fora-da-escola>. Acesso: 04 fev. 2021.

⁸ Em geral, por não terem o sustentáculo familiar e por encontrarem esse baluarte em professoras e professores, as escolas são o maior canal de denúncia espontânea da violência sexual infanto-juvenil.

⁹ Dados do Disque 100, canal de denúncia do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, já apontam um aumento dos números de violência doméstica, o que é um indicativo para a violência sexual infanto-juvenil.

4. Sobre fazer os afetos circularem enquanto estamos no recolhimento

Destacamos de início que a *live* sobre a violência sexual infanto-juvenil, uma dentre a série de iniciativas feitas durante a celebração da data 18 de maio, o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, aponta para o que pode ser percebido como a transmutação do que seria uma palestra para as redes sociais. Transmutação percebida pela promotora que afirmou sentir falta da interação das interlocutoras e dos interlocutores através de olhares e gestos, mas que se sentiu mais à vontade com relação ao tempo que teria para sua exposição. Esta vontade de interação próxima, de falar muito para esclarecer o que se quer dizer e **consciência** de se ter que reorganizar conforme as maneiras de dizer da palestra e as da rede social indicam uma preocupação com o outro, o que marcará o tom da *live*. Este tom é, de veras, constitutivo dos efeitos de sentido que ela dispara a fim de sensibilizar/mobilizar as pessoas frente a sua responsabilidade contra violências sexuais infanto-juvenis, nesse momento peculiar de impactos do novo coronavírus.

A promotora utilizou estratégias discursivas como apreciações, reconhecimento e agradecimento às professoras e aos professores por serem grandes aliados no combate à violência sexual infanto-juvenil, visto que é nos ambientes escolares que as crianças e os adolescentes se sentem acolhidos para denunciar espontaneamente as violências que sofrem. Como com um vocativo verbivocovisual, professores são convidados/convocados a prestarem seu importante serviço de combate a este problema. Assim, uma relação empática pode constituir-se entre instituições escolares e de segurança pública. Em seguida, a promotora falou dos dados sobre a violência que sofrem as crianças e adolescentes, afirmando que a grande maioria acontece no âmbito intrafamiliar. Desta feita, busca-se estreitar o laço emotivo-volitivo combativo entre aquelas instituições e a família. Tanto esta empatia e este laço organizam relações responsivas entre o eu e o outro que constituem as práticas que se querem mobilizar de enfrentamento ao referido problema social.

A promotora aponta, ainda, caminhos para retomar esse contato, como: restabelecer as relações de confiança entre instituições de ensino, educadoras, educadores, educandas e educandos através de conversas; produzir paralelamente material para além do conteúdo programático que eduque sobre violência sexual infanto-juvenil tanto no plano do real, quanto no virtual; prestar maior atenção às crianças e aos adolescentes que se demonstram mais fragilizados; e recomendar cuidados tanto à exposição sem monitoramento aos ambientes virtuais devido aos perigos cibernéticos, quanto, para aqueles que não podem trabalhar remotamente, prestarem atenção aos sinais das crianças que precisam ficar sob os cuidados de terceiros. Este ato, portanto, endossa práticas na rede voltadas para a conscientização

da sociedade, tornando-se uma alternativa aos conteúdos comumente postados/compartilhados de **vídeos engraçados**, *coaching*, *clips*, etc. Tal tipo de ato singulariza o que chamamos de *live* de interesse público.

Certamente, esta *live* faz circular diversos afetos empoderadores, como observamos, o de parceria entre família, escola e instituições da segurança pública. Outro que lhe é fundante é a positivação da memória que se solidariza com vítimas de desumanas violências, como a menina Araceli.

4. 1. Araceli, a alteridade discursivamente minorizada que multiplica vozes

Segundo a cartilha de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil¹⁰, esta é entendida enquanto:

O ato praticado pela pessoa que usa criança ou adolescente para satisfazer seu desejo sexual, ou seja, é qualquer jogo ou relação sexual, ou mesmo ação de natureza erótica, destinada a buscar o prazer sexual com crianças ou com adolescentes. Também pode ser qualquer forma de exploração sexual de crianças e adolescentes (incentivo à prostituição, a escravidão sexual, ao turismo sexual, à pornografia infantil).

Esta conceituação estabiliza-se, a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988, que foi um grande avanço legislativo em geral. Segundo as leis brasileiras, a partir de 88 é presumida a ocorrência de violência em qualquer ato sexual praticado por pessoas maiores de idade com pessoas de idade inferior a 14 anos, de maneira gratuita ou mercantilizada. Em 1992, partindo da problemática de ser impossível a capacidade plena de consentimento sexual para menores de catorze anos, o termo **prostituição** é descaracterizado e **exploração sexual** é utilizado quando tratamos das relações sexuais monetizadas com crianças e adolescentes. No ano 2000, a Lei 9.970 institui o dia 18 de maio como o **Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. A data é uma conquista que demarca a luta pelos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes no território brasileiro.

No dia 18 de maio de 1973, na cidade de Vitória (ES), ocorreu um crime bárbaro que chocou todo o país e ficou conhecido como o **Caso Araceli**. Esse era o nome de uma menina de apenas 8 (oito) anos de idade, que teve todos os seus direitos humanos violados, foi raptada, estuprada e morta por jovens de classe média alta daquela cidade. O crime, apesar de sua natureza hedionda, até hoje está impune. Paulo Constanteen Helal e Dante Michelini, nomes de famílias poderosas do Espírito Santo são os principais suspeitos, sendo, inclusive, condenados em 1980, mas absolvidos em

10

Disponível

em:

https://www.mpma.mp.br/arquivos/COCOM/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_CAOPIJ_18DEMAIO.pdf

Acesso em: 29 mai. de 2020.

1991. A Lei 9.970 serve para manter viva a memória nacional, reafirmando a responsabilidade da sociedade brasileira em garantir os direitos de todas as suas Aracelis, Marias, Pedros, Joões e outras crianças e adolescentes que também são nós mesmos responsivamente.

Regimenta-se na Constituição Federal em seu art. 227¹¹ nos seguintes termos que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, *além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão* (grifos próprios).

No entanto, de acordo com as observações feitas pela Promotora de Justiça com atribuições perante a 1ª Promotoria de Justiça de Infrações Penais Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Curitiba, na *live*, cerca de quase 90% das ocorrências de violência sexual infanto-juvenil se dá no âmbito intrafamiliar e a família da vítima prefere não denunciar a violência sexual, optando por escondê-la a revelá-la e se sujeitar a qualquer forma de condenação ou mesmo preconceito social. Existem ainda casos, os quais, quando o fato chega ao conhecimento de outros adultos, a criança e/ou o adolescente são desacreditados, incompreendidos ou ameaçados (pelo abusador e até mesmo por outros, por mais que reconheçam o crime). É afirmado também na *live* que, algumas vezes, é o abuso sexual intrafamiliar que faz com que as crianças e os adolescentes sigam para a exploração sexual. Negativiza-se, portanto, o silêncio tácito da família, que propicia: (a) oportunidades para que o perpetrador continue com a violência; (b) alto grau de impunidade aos perpetradores; (c) a fuga de casa da vítima fazendo com que crianças e adolescentes fiquem nas ruas e, assim, sujeitas às redes de exploração sexual.

Portanto, o problema da violência sexual infanto-juvenil está imerso no problema de como nos relacionamos com os valores que damos ao que cometemos. Como a mudança volitivo-valorativa é cunhada através das formas como respondemos a dados signos, seu particular acento normatiza relações sociais. No caso da legislação brasileira e do engajamento de sujeitos e de instituições contra os crimes de abuso e de exploração sexual de criança e de adolescente, percebemos que há uma tensão - nos casos mais comuns - entre familiares da vítima que também o são do agressor e entre a responsabilidade moral e legal da proteção de menores, tensão a qual é **resolvida** usualmente pelo cruel silenciamento do caso.

¹¹ Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_07.05.2015/art_227_.asp. Acesso em: 29 mai. 2020.

Nesse sentido, a *live* que se organiza em nome do ato de conscientização em memória de Araceli problematiza a necessidade de (re) avaliarmos nossas práticas/sentidos¹² sobre o que causamos aos jovens e às crianças. Isso se dá tanto pela fala de Tarsila que orienta ações e compreensões em função da referida luta, pela reutilização de uma ferramenta digital, comentários de *post*, como meio de compartilhamento (terápico-empoderador) de experiências traumáticas e de denúncia e de contato para troca de documentos e de outras informações importantes para a causa, quanto pela *live* se constituir como novo modo de arquitetura discursiva que permite a resignificação de diversos modos de sentir e de agir que podem dar um fôlego a mais para esta luta.

4.2. Um novo fôlego – sobre o gênero discursivo *live*

Uma novidade temática que as redes sociais receberam ou pelo menos desenvolveram mais detidamente são discussões legitimadas por instituições historicamente autorizadas, com personalidades referendadas oficialmente, sobre questões da atualidade pandêmica e sobre áreas de suas especialidades. Outra novidade, na forma composicional do gênero, no caso, é a divulgação de vídeos mais longos, em que as questões abordadas podem ser mais profundamente desenvolvidas para além dos **estratégicos** modos rápidos e muitas vezes superficiais de **reflexões** em canais de *youtube*, por exemplo. Assim, as redes sociais ganharam formas de debates públicos com rigor e propriedade semelhantes ao que se estabelece responsabilmente em meios acadêmicos e da gestão pública¹³.

Foi através de *lives* que, a partir do perfil do *instagram*, a Polícia Civil do Paraná realizou as atividades da semana de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil. Diga-se uma oportuna novidade: um serviço público promover uma jornada *on-line* de conscientização social. Embora forçada pelo contexto pandêmico, ela coaduna interesses históricos dos idealizadores que buscam criar novas sociabilidades comprometidas com causas públicas. Logo, a sobreposição, mistura ou **hibridização** de estilos – o do que em geral os sujeitos envolvidos teriam a pronunciar suas falas no evento fora das redes sociais, como ocorria nos anos anteriores à pandemia e o estilo

¹² Neste artigo, observamos que a *live*, **objeto** de nossa análise busca criar novas sociabilidades responsáveis frente ao contexto de violências sociais. Assim, a promotora indica especialmente a criação de cartilhas com linguagem acessível a serem divulgadas à comunidade escolar, criação de relatórios para ser encaminhados ao conselho tutelar, além de canais digitais como *e-mail* especificamente para alunos relatarem sua situação, atos, os quais são formas de resignificar nossas práticas e sentidos em relação à violência sexual infanto-juvenil.

¹³ Não admitimos que não haja **desvios de condutas** nesses meios. Admitimos que nestas esferas a lógica de sua produção se delinea mais através de diálogos francos sobre seus fundamentos éticos e vigilância crítica sobre a constituição destes diálogos e fundamentos, ao contrário das esferas mercantis e do mundo **dos negócios políticos** cuja lógica de produção é marcada por conchavos **interessados** em oportunidades individualmente lucrativas.

que as formas de interação das redes requerem - caracteriza a construção de um outro estilo que responde às necessidades/habilidades de se lidar com as ainda **desconhecidas** plataformas de edição e compartilhamento de vídeo e formas de promoção de debates públicos em redes sociais.

Durante a semana do dia 18 de maio, a delegada Patrícia Nobre serviu como mediadora convidando especialistas que trabalham em conjunto com a delegacia para compartilharem seus conhecimentos e suas recomendações sobre a violência sexual infanto-juvenil em exposições audiovisuais de cerca de até uma hora de duração e estimulando a comunidade - com acesso às redes sociais - a tirarem dúvidas e deixarem opiniões. Esta possibilidade/necessidade de convite à participação via *chat* ou vídeo chamada permite/requer que se considere - na própria organização da *live* (composição) - o (difícil) problema de a audiência não se reduzir aos limites de caixas de ressonâncias e de chegar a diversos campos sociais com seus particulares modos de ser (estilo) discursivos e suas questões priorizadas (temas), que emergem a partir de seus horizontes.

Na *live* que discutimos, foram esclarecidas questões desde o porquê de 18 de maio ser o dia de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil no Brasil, o que é configurado como o abuso e a exploração sexual infanto-juvenil perante a Constituição brasileira, como conversar com crianças sobre educação sexual, quais são os possíveis sinais de violência sexual infanto-juvenil e, por fim, como adequar esses conhecimentos às mídias sociais virtuais. A encarregada desse último tema foi, como sabemos, Tarsila Santos Teixeira. No dia 20 de maio de 2020, às 15h da tarde, durante quase uma hora, ela protagonizou a *Live*.

Nela, o papel de um gênero do discurso com moldes de uma palestra proferida num ambiente virtual é constantemente problematizado. No início de sua fala, a promotora diz que estava feliz por não ter avisos com relação ao limite do tempo, embora no *instagram* haja o tempo limite de uma hora. E, apesar de, como a promotora pontuou, ela não poder interagir com os seus interlocutores e suas interlocutoras através da leitura das expressões faciais, ela poderia interagir ao responder as perguntas dos comentários e ver as reações através das ilustrações (*emoticons*) disponibilizadas pelos dispositivos utilizados.

Enfim, estas novas perspectivas vislumbradas pelas novidades discursivas que a emergência da *live* oportuniza são índices da possível ampliação dos benefícios de palestras, mesa-redondas, audiências públicas a se transmutarem para o *on-line*, possibilitando a emergência de um novo gênero que dê um fôlego a mais aos debates públicos durante esse momento de distanciamento físico e nos alenta dado o fato de sua estabilização se configurar como alternativa aos modos necropolíticos de dizer e de fazer, que caracterizam as relações hegemônicas hodiernas.

4.3. O alento do saber/fazer contra a violência sexual infanto-juvenil nos tempos do coronavírus

Sugerimos que, com a *live*, um ativismo foi transposto de esferas institucionais (PCPR, MP, escolas, etc.) para esferas digitais, como resposta a uma necessidade que cresceu por causa do isolamento social de proteção do próximo contra o contágio do novo coronavírus.

Com efeito, instituições de ensino assumiram/foram chamadas¹⁴ a assumir sua responsabilidade e estão tentando readaptar suas rotinas segundo as peculiaridades das aulas remotas. Em razão disso, estudantes têm acesso às aulas remotas, ao vivo e/ou em apresentações explicativas de *slides* feitas por gravações de tela e respostas de dúvidas por *e-mail* ou outras plataformas através do computador e/ou dispositivos móveis, a fim de completar os duzentos dias letivos exigidos por lei. Ou precisam ir às escolas pegar xérox de exercícios que devem ser entregues ao final da semana - realidade da maioria de escolas, sucateadas historicamente!¹⁵

Certamente, a situação emergencial demandou uma adaptação rápida em termos tanto do uso das tecnologias, como a manutenção do engajamento e do interesse de estudantes sem uma estrutura de suporte elaborada previamente. O domínio do ensino-aprendizagem virtual requer adaptação tanto de promotores institucionais (docentes, tutores, equipes multidisciplinares) quanto de estudantes, além de requerer tecnologias apropriadas. Ou seja, rearranjos da relação essencial entre o eu e a alteridade e o mundo da cultura e o da vida. Além desses obstáculos, ainda há o problema da inclusão digital, uma vez que não são todas as pessoas que têm acesso a computadores, a celulares e a *tablets*, ainda mais em um país alinhado à ideologia capitalista fundada por estratégicas disparidades econômicas. Muitas pessoas sobrevivem dentro de penosas condições socioeconômicas de sobrevivência e não dispõem, nas suas casas, de meios para ter acesso a uma educação remota.

Esse emergencial ensino remoto tenta no contexto no qual nos encontramos manter - empática e responsabilmente - a distância física para evitar o contágio com o vírus, bem como garantir formação cidadã, técnica e (junto a tudo isso e diante do referido sucateamento histórico!) proteção social. Assim, profissionais da educação

¹⁴ O Ministério da Educação (MEC) publicou no dia 18 de março de 2020 a portaria nº 343, que autoriza **em caráter excepcional** a substituição das aulas presenciais por aulas na modalidade à distância. Diante da mudança, estudantes, escolas e universidades precisaram adaptar emergencialmente a rotina e as aulas para a nova realidade, a fim de não comprometer suas diversas funções (formação, acolhimento, transformação e proteção sociais, por exemplo) no período de isolamento social e contribuir para a contenção da disseminação do vírus.

¹⁵ É preciso lembrar que o ensino remoto emergencial não é Educação a Distância (EAD). Os dois são feitos através do uso de tecnologias digitais, mas a EAD conta com uma equipe de especialistas que já estão paramentados com os tipos de exposições de conteúdo, avaliação e dinâmica das aulas; enquanto as professoras e os professores do ensino presencial têm que **se virar** para **tirar leite de pedra** - criar uma rede remota de ensino, sem incentivos e investimentos...

tiveram que procurar alternativas para dar continuidade ao conteúdo programático, como transmissão de vídeos ao vivo, gravação de vídeos, programas para captura de tela, salas de aula virtuais e grupos de conversa para que estudantes possam tirar suas dúvidas, se sentirem mais acolhidos e ter contado com pessoas fora do âmbito familiar.

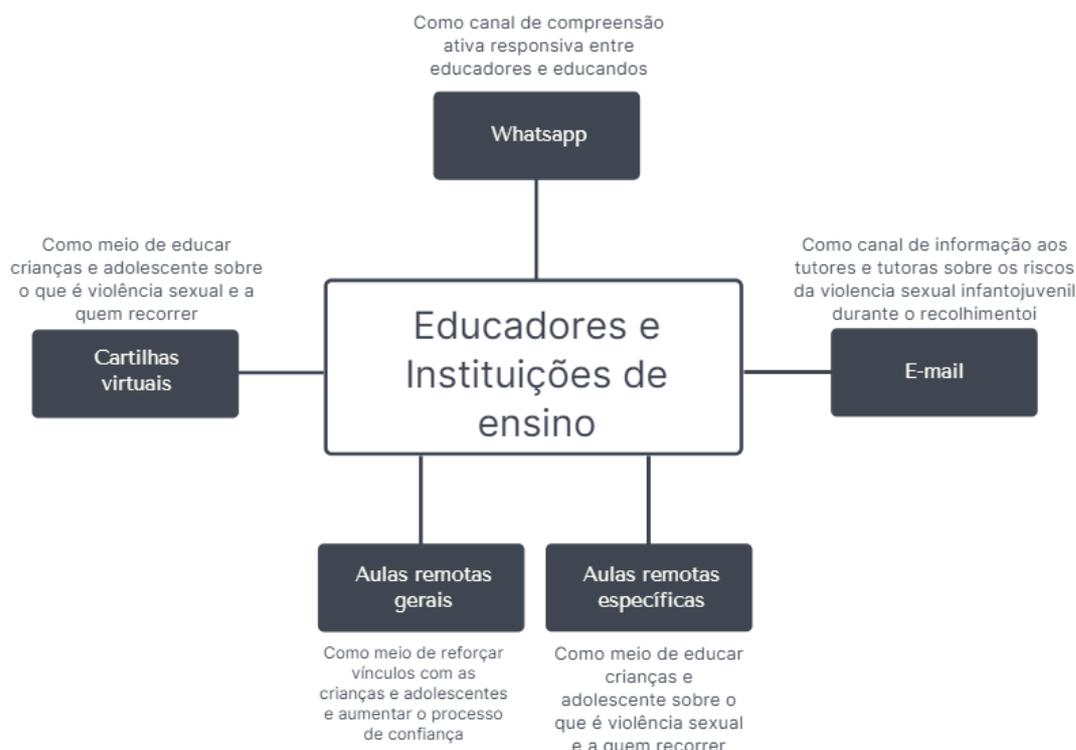
Na *live* **Estratégias de proteção e monitoramento fora do ambiente físico escolar**, a promotora além de reconhecer esta realidade e os esforços dos educadores, tenta contribuir para a transformação da sociedade problematizando dados pré-pandemia para que possamos enfrentar a violência sexual infanto-juvenil: cerca de 85% das violências graves e 90% da violência sexual contra crianças e adolescentes ocorre no âmbito intrafamiliar, seja pela família direta (pai, mãe, padrasto, madrasta, irmãs e irmãos) ou pela família estendida (avôs, avós, tios, tias, primos, primas, etc.). A escola é o ambiente onde ocorre o maior percentual de denúncia espontânea, isto é, ela é onde as crianças e os adolescentes sentem o acolhimento e a segurança para poder falar sobre as violências que sofrem.

Durante a *live*, Tarsila, reiteramos, tem o cuidado empático de parabenizar tais profissionais por lidarem com muito além do conteúdo programático - com a segurança infanto-juvenil. Ela destaca também que não é uma tentativa de sobrecarregar professoras e professores, pois a família, a sociedade e o Estado têm, atestado pelo código de leis brasileiro, o dever de dar proteção integral à criança e ao adolescente. Estes atos responsáveis criam um ambiente acolhedor que propicia ações positivas de estabelecimento de parcerias, o que é indispensável quando a sociedade precisa orientar ações gerais frente a dado problema. Este tipo de *live*, de fato, oportuniza condutas (dá acabamento aos sentidos das práticas sociais) bem diferentes, por exemplo, das que são deflagradas por - **famosos e/ou infames** - *vlogs* financiados por instituições interessadas em *lobbies* políticos que objetivam difamações valendo-se de *fake news* para criar insegurança pública com a qual escusos projetos políticos reacionários salvacionistas podem erigir-se. Assim, vislumbra-se mais uma alternativa às práticas exploradoras das relações hegemônicas.

A promotora escreveu uma carta de recomendação à Secretaria Municipal de Educação de Curitiba e Secretaria de Educação e do Esporte do Estado do Paraná, pedindo, em caráter de urgência, medidas e ações concretas (cf. o organograma a seguir) voltadas ao restabelecimento de relações responsivas, por canais de comunicação virtual, pois a professora ou o professor, levando a sério e com calma, sem preconceito, nem pondo previamente em dúvida o que relatam as crianças e os adolescentes, podem, solidariamente, evitar violências sexuais e/ou denunciá-las aos órgãos competentes, sem traumatizar mais a criança por exposição desnecessária e assunção de uma culpa que não é sua. Estas medidas, efetivamente, estão organizadas, por um lado, se considerando que a formação de personalidades se constituem respondendo a como compreensões do eu-para-mim, do eu-para-o-outro, do outro-para-mim se relacionam, bem como, por outro lado, se considerando que não

se pode desvirtuar a relação entre mundo da cultura e da vida por força da **disritmia** entre os imperativos de proteção universal e este mundo da vida em que responsáveis **legais e sociais** (familiares e demais membros da sociedade que devem também zelar pela infância e juventude) são os que cometem cinicamente o crime.

Figura 1: Organograma de sugestões de responsividade no enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil durante a educação remota.



Fonte: autores.

Enfim, como vimos discutindo, este tipo de *live*, com estes interesses públicos, a disparar afetos de solidariedade em memória daqueles que sofrem diversas violências e se constituindo como alternativa aos modos históricos de agir conservadores e violentos, são forma de desencadear elos responsivos, que eticamente disseminam¹⁶ condutas comprometidas com o bem estar do próximo.

5. Considerações Finais

Este trabalho discutiu como elementos discursivos que indiciam atos responsivos na *live* **Estratégias de proteção e monitoramento fora do ambiente físico escolar**, organizada pela PCPR. Como vimos, para essa *live*, foram convidados delegados, juízes, secretários, legisladores, professores, conselheiros tutelares,

¹⁶ Tarsila Teixeira até 22/04/2021 teve mais de 4.400 visualizações, o que é uma notória difusão, frente às censuras que o mercado impõe a este tipo de temática e estilo, através de suas **políticas** de publicidade que favorecem a indústria do entretenimento de massa.

familiares para concretizar ações afirmativas no contexto da pandemia, a fim de debaterem temas de interesse público como violência sexual infanto-juvenil e como a assunção de responsabilidades sociais para o enfrentamento desse problema, em formas discursivas que interseccionam modos de dizer próprios de esferas oficiais responsáveis pela gestão de políticas públicas, como escolas, promotorias e polícias e os modos de dizer peculiares às esferas das redes sociais.

A partir disso, delinea-se a importância de se considerar a emergência de novas sociabilidades que requerem formas comprometidas eticamente em lutas sociais. Dessa forma, é justamente pela potência da sensibilidade empática de formas discursivas às transformações históricas, como a *live* que estudamos, que as relações sociais no mundo depois do surgimento do covid 19, que problematizamos sobre a possibilidade delas estarem constituindo relações transformadoras em relação às alteridades minorizadas, num gênero discursivo distinto dentro dos horizontes tanto das redes sociais quanto das instituições sociais que participam dos processos decisórios da vida pública.

Nesse sentido, a *live* com Tarsila Santos Teixeira dá um tom responsivo ao uso do *instagram* reorientando-o eticamente como forma de agenciamento de atos responsáveis de pais, sociedade civil, escola, Estado, etc. frente ao problema da violência sexual infanto-juvenil que aumenta no contexto pandêmico.

De fato, é indiscutível a importância política da *live* para a construção da relação eu-outro saudável e solidária contra descasos sociais, como com a violência sexual infanto-juvenil. E, diante disso, devemos assumir, como sujeitos sociais, nosso compromisso ético de ecoar atos responsáveis que endossam práticas discursivas engajadas em lutas sociais, bem como de propormos debates acerca de como emergem gêneros discursivos em função das tensões nas práticas sociais, decorrentes da forma como compreendemos o eu-para-mim, o outro-para-mim e eu-para-o-outro, como delineamos anteriormente.

Deixamos, com isso, nossos corações abertos para afetos de aprendizados de novas situações para vivermos/engajarmos a sociedade em busca de diálogos especialmente para-e-com nossa alteridade minorizada. Como vimos, devido às transformações das relações de base de nossa sociedade, esse engajamento se concretiza nas redes sociais quando seus **modos de ser/sentir/dizer** se orientam para arquitetar maneiras outras de orquestração das vozes sociais.

REFERÊNCIAS

ALVARADO, S. V.; MARTÍNEZ; J. E.; MUÑOZ, D. A. Contextualización teórica al tema de las juventudes: una mirada desde las ciencias sociales a la juventud. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, juv 7(1): 83-102, 2009. Cf: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cinde-umz/20131106122657/art.SaraAlvarado.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

AMORIM, S. M. F. **Reflexões sobre o enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.** In: SILVA, A. S.; SENNA, E.; KASSAR, M. (Org.) Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e tráfico para os mesmos fins: contribuições para o enfrentamento a partir da experiência de Corumbá-MS. Brasília: OIT, 2005.

BAKHTIN, M. M. **Problemas da poética de Dostoiévski.** Tradução de Paulo Bezerra; Rio de Janeiro; Forense Universitária, 2015.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal.** Tradução Paulo Bezerra. 6ª. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. M. **Para uma filosofia do ato responsável.** Tradução Valdemir Miotello; Carlos Alberto Faraco. 2ª. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

MBEMBE, A. **Necropolítica.** 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.



Responsiveness in coping with sexual violence against children and adolescents in times of the new coronavirus in an emerging discursive genre – the Live

ABSTRACT:

The objective of this work is to discuss how responsive acts are orchestrated in the Live named “Protection and monitoring strategies outside the school physical environment” to establish a transformative chain of ethical engagements to confront social violence that takes on new dimensions in the pandemic context. Therefore, from the Bakhtinian notion of responsiveness, as an answer to the question of not being able to wash our hands clean off of the face of social neglect, we analyze the discursive peculiarities of this Live that triggers transformational bonds of solidarity. Finally, we highlight that Live is designed according to the need to orient the self-other relationships amid outlined social commitments by affections / senses / solidarity practices towards othernesses that suffer historical violence, as the child-juvenile sexual abuse.

KEYWORDS:

Responsiveness;
Lives; Child
Sexual Violence;
Coronarirus.